
PSP para bets: como encerrar o contrato sem perder a reserva

iGBRASIL

Notícias · Utilidades · Recursos para operadores de iGaming

Pagamentos · Estratégico

PSP para bets: como encerrar o contrato sem perder a reserva

A ordem correta de devolver, conciliar, exportar e só então assinar o distrato — e por que a reserva rotativa só começa a correr depois da última transação

Por Redação iGBRASIL, Redação

Publicado em 30/10/2026 às 14h04

· 11 min de leitura

Por que importa

A reserva retida no PSP é ativo contingente com data de liberação atrelada à última transação processada — devolver saldo tarde empurra o caixa para o exercício seguinte.

Encerrar a conta de liquidação antes do fim da janela de MED transfere o risco de devolução por fraude para o caixa próprio da operadora.

O arquivo de de-para que amarra extrato do PSP, conta transacional e razão da plataforma é da operadora, não do prestador, e desaparece quando a plataforma é desligada.

PSP para bets: como encerrar o contrato sem perder a reserva

A pergunta que este texto responde é específica e tem dono: ****como o diretor financeiro ou de pagamentos de uma operadora encerra — ou congela — a relação com o PSP e o subadquirente sem abandonar a reserva financeira retida e sem quebrar a trilha de rastreabilidade que SPA/MF, Banco Central e AGU ainda podem pedir depois do desligamento.****

A situação prática é esta: a operadora não pode mais receber depósito, só pode movimentar para devolver saldo a apostador, e segue com dinheiro parado em reserva rotativa, caução contratual e taxas em disputa no prestador. A conta deixou de ser de mão dupla e virou canal de saída única. Quem assina o distrato, em que ordem, e o que precisa sair do sistema antes de a conta fechar são decisões que valem dinheiro — e que, feitas na ordem errada, custam a reserva inteira.

Resumo executivo

A ordem é devolver -> conciliar -> exportar -> encerrar. Qualquer inversão transforma devolução remanescente em transferência de conta própria, sem marcação de origem.

Reserva rotativa não é caixa: é garantia contingente cujo relógio de liberação costuma contar a partir da última transação processada, inclusive das devoluções.

Pix não tem chargeback, mas tem MED. Fechar a conta de liquidação antes do fim da janela de contestação joga o risco residual para o caixa da empresa.

O de-para entre extrato do PSP, conta transacional e razão da plataforma é prova de rastreabilidade e é responsabilidade da operadora — o PSP entrega só o extrato dele.

Distrato dispara o relógio da reserva e corta custo fixo, mas derruba credenciais, chaves Pix e integrações; religar exige novo onboarding e nova análise de risco.

O contrato foi precificado sobre volume futuro — e o volume futuro é zero

Em 2 de outubro de 2026 o Banco Central publicou as Resoluções 595, 596 e 597, de 30/09/2026, que alteram normas anteriores para impedir o processamento, a liquidação ou a viabilização de transações entre operadoras e apostadores. Pix e TED ficaram liberados apenas para saque de valores das contas dos usuários; a norma sobre boleto não trata dessa exceção. É um recorte importante: as normas disciplinam a relação operadora <-> apostador, e o efeito sobre pagamento a fornecedor, provedor ou afiliado precisa ser lido no inteiro teor publicado no DOU antes de qualquer decisão sobre fluxo B2B.

Para a área de pagamentos, o efeito contratual é mais profundo do que o operacional.

PSP para bets: como encerrar o contrato sem perder a reserva

Contrato de adquirência e de subadquirência precifica a retenção sobre volume processado futuro. Com volume zerado, some a base econômica que justificava a reserva — mas não some a reserva. Ela continua lá, amarrada a um gatilho que raramente é documental e quase sempre é temporal.

A reserva não é saldo: é garantia contingente com data incerta

Em subadquirência, a retenção existe para cobrir estorno, fraude e chargeback posteriores à liquidação. O gatilho de liberação costuma ser o decurso de prazo contado da última transação processada — não a apresentação de documentos pela operadora. Isso produz um efeito contraintuitivo na desmobilização: quanto mais tarde a operadora termina a devolução de saldos, mais tarde começa a contar o prazo da reserva.

Uma devolução residual processada em dezembro pode empurrar a liberação integral da reserva para o segundo semestre do ano seguinte. No fluxo de caixa de desmobilização — que já convive com rescisões trabalhistas, multas contratuais e custo de guarda de dados —, tratar essa reserva como disponível é erro de premissa, não de execução. No balanço de encerramento, ela é ativo contingente com data incerta.

Não existe percentual de reserva nem prazo padrão definidos por norma. A faixa varia por tipo de credenciamento, por histórico de contestação e pela classificação de risco do setor na política interna de cada prestador. Qualquer número tratado como "padrão de mercado" sem contrato à vista ou fonte nomeada deve ser descartado da modelagem — inclusive os que circulam em apresentação comercial.

Pix não tem chargeback, mas tem MED — e o risco residual migrou de lugar

A devolução de saldo por Pix não gera estorno de bandeira. Gera, em caso de alegação de fraude pelo recebedor, abertura de Mecanismo Especial de Devolução (MED) junto ao banco do recebedor, com procedimento descrito no guia de implementação publicado pelo Banco Central. As regras do Pix revistas ao longo de 2026 ampliaram o prazo para contestação de golpe, o que estica a janela de risco residual exatamente no período em que a operadora quer fechar contas.

O ponto operacional: quem encerra a conta de liquidação antes do fim da janela de MED não elimina o risco — apenas transfere a liquidação dele para o caixa próprio, sem a marcação de origem que o extrato do PSP daria. É a diferença entre uma devolução rastreável e uma transferência genérica que a prestação de contas não consegue explicar depois.

PSP para bets: como encerrar o contrato sem perder a reserva

Três registros, um identificador: o que rastreabilidade significa na prática

Rastreabilidade, no vocabulário de auditoria, não é "ter o extrato". É conseguir amarrar três registros distintos por transação: o extrato do PSP, a conta transacional da operadora e o razão da plataforma de apostas. A ponte entre eles é o identificador — EndToEndID no Pix, ID da ordem no PSP, ID do apostador na plataforma.

O PSP entrega o extrato dele. Não entrega o de-para. Esse arquivo é construído pela operadora e vive dentro da plataforma — por isso ele precisa ser gerado antes do desligamento do ambiente, junto com os demais itens da exportação de dados do PAM. Depois que o PAM é desligado, reconstruir a amarração significa cruzar planilha de extrato com backup de banco de dados, quando há backup.

O prazo de guarda desse material segue a norma aplicável de retenção e PLD/FT — Lei 9.613/1998 e regulamentação do Banco Central sobre prevenção à lavagem —, não o prazo do contrato com o prestador. O tema está detalhado em guarda de registros de pagamento após o fim.

A ordem correta de desligamento, em oito etapas

Inventariar o que está no PSP. Saldo a liquidar, reserva rotativa, caução ou garantia contratual e taxas em disputa são quatro rubricas diferentes. Pedir por escrito o statement de reserva com data prevista de liberação por lote.

Mapear a janela de risco residual. Última data de transação por método × prazo de contestação aplicável: MED no Pix, prazo de bandeira no cartão, se houve processamento por cartão. A reserva não deve ser pleiteada integralmente antes disso — negociar liberação escalonada por lote é mais realista do que exigir liberação única.

Fechar a devolução antes do contrato. Toda devolução pendente roda pela conta ativa, com identificador que ligue pagamento ao apostador e ao saldo apurado. Isso dialoga com o reporte de saldo devido fixado em portaria da SPA.

Conciliar os três registros e gerar o arquivo de de-para por transação. Essa é a prova documental, e só ela.

Exportar antes de desligar: extratos completos, retornos de erro (chave inválida, CPF divergente, conta encerrada), logs de tentativa e comprovantes de liquidação.

Decidir entre distrato e suspensão com base no horizonte de retomada, não no custo mensal

PSP para bets: como encerrar o contrato sem perder a reserva

isolado.

Formalizar a quitação em termo que discrimine valor liberado, valor retido, evento que libera o retido, prazo e foro.

Encerrar chaves Pix e credenciais por último, com registro de data. É o marco que o auditor pede.

Distrato ou hibernação: os critérios que decidem

A escolha deixou de ser rotina administrativa e virou decisão de diretoria porque o cenário jurídico continua aberto: há ações em curso no Supremo, audiência pública marcada para 3 de novembro e prazo de emendas à MP 1.394 até 23 de novembro. Uma reversão parcial muda inteiramente o cálculo entre cortar custo fixo agora e preservar o trilho de pagamento.

Dimensão Distrato (encerramento) Suspensão (hibernação)

Custo fixo mensal Cessa após a rescisão Permanece, em geral reduzido

Relógio da reserva Dispara formalmente a contagem prevista em contrato Pode ficar indefinido enquanto o contrato segue vigente

Credenciais e integração Derrubadas; API, certificados e webhooks invalidados Mantidas, com acesso restrito

Chave Pix do CNPJ Encerrada — elimina risco de recebimento indevido Permanece ativa e precisa de monitoramento

Retomada Novo onboarding, nova análise de risco e novo pricing Reativação contratual, prazo menor

Devolução residual Sai de conta própria, sem marcação de origem Continua rodando pelo trilho original

Indicado quando Não há horizonte de retomada e a devolução está encerrada Há devolução pendente, MED em aberto ou decisão judicial em curso

Distrato x suspensão contratual do PSP: o que muda

Um critério simples resolve a maioria dos casos: enquanto houver devolução pendente, MED em aberto ou janela de contestação correndo, não se encerra a conta. O custo fixo de alguns meses de suspensão é quase sempre menor do que o custo de refazer, do caixa próprio, uma devolução que perdeu a trilha. A mesma lógica de custo de religamento aparece em outras

PSP para bets: como encerrar o contrato sem perder a reserva

frentes da desmobilização, como em férias coletivas ou demissão em massa.

O bloqueio que não vem do contrato: PLD

Há um segundo caminho pelo qual a reserva trava, e ele não está no contrato. O prestador de serviço de pagamento tem obrigação própria de monitoramento e comunicação ao COAF, sob a Lei 9.613/1998 e a regulamentação do Banco Central sobre PLD/FT. Se o CNPJ ou a chave Pix da operadora aparecer em cadeia com fluxos associados ao mercado ilegal, o bloqueio decorre dessa obrigação legal, não de cláusula contratual — e nenhuma negociação comercial o desfaz.

O risco é concreto porque o fluxo ilegal não desapareceu com as resoluções: estimativas citadas em outubro de 2026 apontam que mais de 40% do mercado seguia operando fora do alcance das normas, por meios de pagamento intermediários, cripto e contas de terceiros. A consequência prática para quem operou licenciado é de contaminação reputacional. Usar PSP intermediário ou conta de terceiro para "destravar" uma devolução pendente é exatamente o padrão que aciona o alerta.

A distinção entre dinheiro do apostador e caixa da empresa é o que define o que pode sair da reserva. Em jurisdições como Reino Unido, Espanha e Malta, a segregação de fundos de clientes é exigência licenciatória expressa — no Brasil, essa separação precisa ser demonstrada pela conciliação, não presumida pelo contrato.

Erros que custam a reserva

Encerrar a conta para cortar custo fixo antes de terminar as devoluções — a residual sai de conta própria e perde a marcação.

Lançar a reserva como caixa disponível no fluxo de desmobilização.

Supor que o PSP guarda o histórico completo: ele guarda o extrato dele, não a amarração com o ID do apostador.

Dimensionar risco residual em zero porque "Pix não tem chargeback", ignorando o MED.

Manter chave Pix ativa em CNPJ de operadora encerrada — porta aberta para recebimento indevido e para alegação de operação continuada.

Assinar quitação ampla e irrestrita antes de a reserva ser efetivamente creditada em conta.

Aceitar liberação de reserva condicionada a evento sem data definida no termo de quitação.

PSP para bets: como encerrar o contrato sem perder a reserva

O que medir enquanto o contrato é desmontado

Nesta fase, custo por transação deixa de dizer alguma coisa. O painel muda:

Indicador Como calcular Para que serve

% da reserva liberada $\text{Valor creditado} \div \text{reserva total retida, por lote}$ Acompanhar se o cronograma pactuado está sendo cumprido

Dias até a liberação $\text{Data do crédito} - \text{data da última transação}$ Testar o prazo contratual contra o praticado

Taxa de conciliação % de transações com os três identificadores amarrados Abaixo de 100% é passivo documental, não erro operacional

Sucesso da devolução $\text{Devoluções liquidadas} \div \text{tentativas, por motivo de falha}$ Separar chave inexistente, CPF divergente e conta encerrada

Custo por devolução concluída $(\text{Taxa do PSP} + \text{retrabalho}) \div \text{devoluções liquidadas}$ Substitui o custo por transação nesta fase

MED e contestações abertas Volume em janelas de 30, 60 e 90 dias após a devolução Dimensionar a reserva que ainda precisa ficar retida

Passivo residual $\text{Saldo não devolvido} \times \text{apostadores não localizados}$ Base do provisionamento e do reporte ao regulador

Indicadores da desmobilização de pagamentos

O que ainda não está resolvido

Três pontos seguem em aberto e devem entrar como ressalva em qualquer plano aprovado em diretoria. Primeiro, o alcance das Resoluções 595, 596 e 597 sobre pagamentos a fornecedores, provedores e afiliados não decorre automaticamente do texto que trata da relação com o apostador — exige leitura do inteiro teor no DOU. Segundo, não há padrão regulatório de prazo de liberação de reserva: tudo depende do contrato e do tipo de credenciamento. Terceiro, o desfecho da MP 1.394 no Congresso e no Supremo pode alterar a premissa de retomada que sustenta a escolha entre distrato e hibernação.

Nenhuma dessas incertezas justifica adiar as quatro primeiras etapas. Inventariar reserva,

PSP para bets: como encerrar o contrato sem perder a reserva

mapear janela de MED, fechar devolução e conciliar os três registros são movimentos que valem em qualquer cenário — inclusive no de retomada, quando o arquivo de de-para será a primeira coisa que o próximo prestador vai pedir na análise de risco.

Peça o statement de reserva esta semana

Antes de discutir distrato, solicite por escrito ao PSP o extrato de reserva com data prevista de liberação por lote — e acompanhe no iGBRASIL as mudanças de regra que alteram esse prazo. Para receber a análise do que muda para operadores, assine a newsletter do iGBRASIL.

Assuntos:

Banco Central · Compliance · MP 1.394/2026 · Pagamentos · PIX · PLD/FT

Fonte original:

<https://igbrasil.com/noticias/pagamentos/psp-para-bets-como-encerrar-o-contrato-sem-perder-a-reserva>

Documento gerado em 30/10/2026 às 15h48.

Reprodução permitida mediante citação da fonte e link para o endereço acima.

© 2026 iGBRASIL. Conteúdo destinado a maiores de 18 anos.